

PENSAMENTO BRASILEIRO E O IMAGINÁRIO SOCIOLÓGICO DA MODERNIDADE: Convergências, desencontros e possibilidades¹

BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT AND THE SOCIOLOGICAL IMAGINATION OF MODERNITY: Convergences, disagreements and possibilities

Sergio B. F. Tavolaro²

UnB: <https://orcid.org/0000-0003-2755-3361>

DOI: [10.21680/1982-1662.2025v8n42ID41051](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2025v8n42ID41051)

Resumo

O presente texto é fruto da Aula inaugural do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN, proferida em março de 2025. Argumento que, a despeito de se debruçarem sobre contextos societários via de regra tomados por inconfundíveis em seus traços mais fundamentais, o chamado *pensamento social brasileiro* e a *imaginação sociológica da modernidade* compartilham uma série de pressupostos acerca do que vem a ser o padrão de sociabilidade moderno. Ademais, sustento que, malgrado sua tendência para confirmar o estigma de “desvio” com frequência projetado sobre o país, tal *pensamento* lança insights valiosos para a “desprovincialização” da teoria sociológica.

Palavras-chave: Pensamento social brasileiro. Teoria Sociológica. Modernidade. Interpretações do Brasil.

Abstract

¹ O presente texto resulta da Aula inaugural do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, proferida em março de 2025. Agradeço ao Professor Lucas Trindade, ao Instituto Humanitas de Estudos Integrados e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN pelo honroso convite, bem como ao público que compareceu à atividade. Meu agradecimento também ao professor Carlos Eduardo Freitas, Editor-chefe da *Revista Inter-Legere*, pela acolhida do ensaio. A palestra baseou-se em ideias anteriormente articuladas em algumas publicações que serão mencionadas a seguir. De lá para cá, com apoio de Bolsa de Pesquisa (PQ) do CNPq, tenho buscado desdobrar e aprofundar argumentos e proposições.

² E-mail: sergiotavolaro@unb.br

This text results from an inaugural lecture given at the Graduate Program of Social Sciences (UFRN) in March 2025. I contend that even though the so-called *Brazilian social thought* and the *sociological imagination of modernity* devote their attention to societal contexts commonly seen as unique in their most fundamental traits, they share some key assumptions regarding the modern pattern of sociability. I also hold that notwithstanding the tendency of both to ratify the conception of Brazil as a sort of “distorted” version of modern experience, Brazilian thinkers set forth some valuable suggestions for the “deprovincialization” of sociological theory.

Keywords: Brazilian social thought. Sociological theory. Modernity. Interpretations of Brazil.

Introdução

Desde pronto, convém advertir, como tantos seguramente já acautelaram antes, que exercer as Ciências Sociais na atualidade constitui um raro privilégio, mas também um expressivo desafio. Ao menos em parte, o apuro decorre de certa ambiência intelectual adversa ao ofício, que se desdobra no paulatino desprestígio, quando não na desqualificação pura e simples das análises e trabalhos conduzidos por seus profissionais. Vale observar, não se trata de mero mal-entendido ou daquela sorte de desconhecimento leigo, dos quais a sociologia, a antropologia e a ciência política costumavam ressentir-se quando ainda se afirmavam no espaço universitário³. De outra forma, o quadro hoje apresenta nuances bem mais dramáticas: em vez da incompreensão ingênua de outrora, abundam relatos de desprezo público e recriminação, por vezes até de manifestação abertamente hostil ao ensino e à pesquisa levados a cabo por cientistas sociais de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Em que medida essa atmosfera persecutória tem afetado de forma negativa a percepção do *métier* em diferentes âmbitos da sociedade, a ponto de esmorecer inclinações vocacionais e, no pior dos casos, indispor as novas gerações aos sacrifícios pessoais da lide intelectual, é algo que merece apreciação criteriosa. Dito isso, há ao menos um fator adicional que, a meu ver, também concorre para a pungência do momento: as Ciências Sociais contemporâneas têm diante de si a árdua missão de oferecer insights, de fornecer

³ A meu ver, as considerações de abertura de *Invitation to sociology*, de Peter Berger (1963), são reveladoras dessa modalidade ingênua de desconhecimento, em razão do que a sociologia permanecia numa posição de anonimato em relação a outras áreas àquela altura melhor estabelecidas.

explicações e de proporcionar chaves de compreensão para um mundo que se complexifica a passos largos, na esteira de transformações (culturais, políticas, econômicas, tecnológicas, geopolíticas, ético-morais, comportamentais, ambientais, etc.) que, além de abrangentes e penetrantes, vêm se processando num ritmo frenético. Consequência palpável dessas mudanças é a emergência de um cenário social ainda mais instável, imprevisível e esquivo a lucubrações convencionais em comparação com aquele ao qual os “clássicos” dedicaram suas energias.

Decerto, tendo se tornado uma espécie de lugar-comum dentro e fora dos domínios acadêmicos, esse quase-diagnóstico parece não surpreender mais ninguém. De todo modo, a familiaridade com o fenômeno não basta para abrandar a gravidade de suas implicações e arrefecer o sentimento de desorientação intelectual⁴: até que ponto referências cognitivas gestadas em circunstâncias passadas, muitas das quais extremamente caras à autocompreensão das Ciências Sociais, mantêm-se vigorosas diante da realidade emergente? Haveria sentido em se continuar a devotar tamanha atenção às tradições de pensamento, aos debates e às temáticas que por longa data mobilizaram um sem número de *experts*? Ou conviria abandonar de vez as teorias, conceitos, métodos, técnicas de pesquisa e problemas de investigação antes tidos e havidos como parâmetros seguros para a atuação na área? Em última instância, numa inflexão um tanto quanto trágica, as Ciências Sociais conseguirão sobreviver às turbulências contemporâneas ou seus dias estariam contados?

Seja como for, por temerário que se afigure, o quadro não é de modo algum paralisante. Ao contrário, não faltam indícios de que, além de perplexidade, as incertezas do presente trazem consigo uma série de incentivos para se repensar os contornos e o teor desse universo intelectual. Quero dizer com isso que a impressão mais ou menos difusa de insuficiência ou mesmo de esgotamento do “cânone”, longe de haver imobilizado o pensamento, tem suscitado indagações acerca de suas premissas teóricas, de seus alicerces epistemológicos latentes,

⁴ Num pequeno ensaio publicado logo no início da década de 1990, Octavio Ianni já se referia à “crise de paradigmas na sociologia”. Afirmava o autor que “A crise da sociologia pode ser real ou imaginária, mas não há dúvida de que tem sido proclamada por muitos. Em diversas escolas de pensamento, em diferentes países, uns e outros colocam-se o problema da crise de teorias, modelos e paradigmas.” Note-se que, em sua percepção, “Desde o término da segunda guerra mundial, e em escala crescente nas décadas posteriores, esse é um problema cada vez mais central nos debates.” (Ianni, 1990, p. 5)

tanto quanto das motivações (confessas e ocultas) que porventura guiaram os programas de pesquisa dos “clássicos”. Nesse exato sentido, mais que um fardo, a prática das Ciências Sociais hoje é um alento para quem ambiciona expandir os horizontes de apreensão da realidade social: por força das circunstâncias, mais que no passado, sentimo-nos não apenas autorizadas/os a forjar novas ferramentas de cognição, mas compelidas/os a assim fazê-lo. Por certo, a incumbência é colossal e repleta de riscos. Outrossim, seu cumprimento exige trabalho coletivo, a ser desempenhado numa perspectiva de longo prazo. Conquanto os eventuais frutos do empreendimento sejam bastante incertos, não parece restar outra opção senão colaborar, mesmo que modicamente, para sua realização.

Imbuído desse espírito, tenciono fomentar um diálogo crítico com certa *tradição sociológica* a partir de algumas conhecidas formulações do *pensamento social brasileiro*. A primeira conjectura é que, muito embora confirmam prioridade a percursos sócio-históricos e a experiências societárias a princípio inconfundíveis, essas duas constelações intelectuais ancoram-se em uma mesma imaginação acerca da vida social que, na avaliação de ambas, teria se instaurado na modernidade. Com efeito, entendo ser possível entrever um conjunto de supostos e noções que oferece a uma e a outra parâmetros analíticos compartilhados, à luz dos quais seus operadores catalogam, descrevem e examinam os contextos privilegiados em cada caso. Já conforme a segunda conjectura, a despeito de reiteradamente contribuírem para reforçar o estigma de “desvio” projetado amiúde sobre o Brasil - como bem se sabe, em virtude de aspectos presumivelmente próprios à realidade nacional -, os retratos do país delineados no *pensamento brasileiro* fornecem insights valiosos para o alargamento das fronteiras de compreensão da vida moderna. Significa dizer que, como uma consequência não-pretendida de seus esforços interpretativos, ao versarem sobre predicados que lhes pareciam distintivos da experiência nacional, obras consagradas desse *pensamento* apontam para alternativas a certas limitações e ausências recentemente discernidas no imaginário sociológico da modernidade. Nesse caso, interessa-me explorar as afinidades impremeditadas entre esses mesmos retratos e elaborações contemporâneas ciosas das deficiências do “cânone” sociológico. Sendo esta uma agenda de reflexão que orienta meus

estudos já faz alguns anos, recorrerei a ideias esboçadas em outros trabalhos⁵, ora preocupado em apresentá-las de forma sintética e melhor articulada. Trata-se, no melhor dos cenários, de um modesto aporte ao projeto coletivo de “desprovincialização” da teoria sociológica.

Parâmetros analíticos do imaginário sociológico da modernidade

Há até pouco tempo, admitidas as flagrantes divergências teórico-conceituais e metodológicas que distinguiam entre si os precursores da sociologia e seus epígonos mais insígnies, vigia certa convicção difusa de que os principais trabalhos desses personagens constituíam referências imperiosas para o estudo da vida moderna, *ergo*, fontes indispensáveis a todo e qualquer praticante do ofício. Descontados os vieses das assim denominadas “abordagens clássicas” e os déficits porventura divisados em suas formulações, era habitual vê-las como um reservatório de saber incontornável à cognição do *padrão de sociabilidade* - leia-se, as instituições, valores, referências ético-morais, disposições comportamentais e visões de mundo, bem como a estrutura econômico-produtiva, o ordenamento político, os códigos de sociabilidade, o arranjo tecnológico, etc. - inaugurado na *modernidade*. A solidez de suas lucubrações e a sofisticação e perspicácia de suas obras, virtudes apregoadas em uma multiplicidade de círculos acadêmicos, justificaria sua posição “canônica” no panteão do pensamento sociológico. Malgrado a ausência de consenso absoluto a respeito de sua composição final, é sintomático que esse ilustre elenco consistisse quase com exclusividade de homens europeus e norte-americanos, via de regra vistos como demiurgos ou protagonistas de primeira ordem da disciplina. Dentre os mais assíduos nas ementas de cursos introdutórios, revisitados *ad nauseam* ao longo das trajetórias universitárias de seguidas coortes de aprendizes e *experts*, poder-se-ia mencionar: Auguste Comte, Herbert Spencer e Ferdinand Tönnies; com regularidade bem maior, Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber e Georg Simmel. A certa altura, o seleto grupo ganharia a companhia de George Herbert Mead, das primeiras gerações das Escolas de Chicago e de Frankfurt, tanto quanto de Talcott Parsons, Herbert Blumer, Robert Merton; depois, Erving Goffman, Peter Berger,

⁵ Refiro-me, por exemplo, a Tavolaro (2005; 2014; 2017; 2020; 2021a; 2021b; 2022a; 2022b; 2023; 2024a; 2024b).

Wright Mills, assim como de George Gurvitch e dos teóricos da modernização. Posteriormente, Jürgen Habermas, Niklas Luhmann, Norbert Elias, Alain Touraine, Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, dentre outros. Impressionam as semelhanças entre os perfis dessa lista e, por tabela, a exiguidade de figuras que poderiam ser vistas como representativas tanto de grupos minoritários quanto de itinerários (pessoais e coletivos) subalternizados e/ou contra-hegemônicos à norma⁶.

Não restam dúvidas de que, além da expressiva dispersão temporal de suas faturas, os nomes arrolados representam uma variedade vultosa de perspectivas de análise e programas de reflexão. Diante de tamanha heterogeneidade de ideias, evidenciada em um leque copioso de dimensões, a princípio pareceria descabido conceber a todos, indiscriminadamente, como integrantes de uma única *tradição* intelectual: claro está que as preocupações norteadoras nem sempre coincidiram, tampouco os objetos de pesquisa priorizados, sequer os problemas de investigação examinados, muito menos os suportes teóricos de suas proposições, as variáveis explicativas acionadas em cada situação, e assim por diante. Sem pretender subestimar as divergências que há muito animam a sociologia e emprestam à disciplina uma plêiade invulgar de matizes, ousa afirmar que parcela majoritária dessa produção “canônica” assenta-se sobre um imaginário partilhado acerca do que vem a ser a *experiência social própria à modernidade*. Trata-se com isso de afirmar que, não obstante as conhecidas particularidades das abordagens que perfazem esse orbe intelectual intricado, há um repertório de supostos ampla e profundamente comungado que circunscreve e orienta seus horizontes de percepção a respeito da vida social moderna. Se bem que de maneira breve, é mister discorrer sobre os ingredientes mais destacados desse denominador comum.

Para começar, é bastante recorrente nesse universo intelectual a percepção de que o *advento da era moderna* representou uma *ruptura peremptória na linha do tempo* - ou, se assim se preferir, uma descontinuidade histórica definitiva (Koselleck, 2006). A propalada fratura temporal, responsável por demarcar um *antes* e um *depois* na ventura humana, se deveria ao fato de a modernidade ter inaugurado uma vida social ímpar, isto é, uma experiência societária cujos traços

⁶ Apenas ultimamente, ementas e programas de cursos introdutórios de teoria sociológica têm incluído nomes, obras e agendas de reflexão vinculados a perspectivas cognitivas e a propostas analíticas alternativas à ortodoxia da disciplina. Diria, no entanto, que tais mudanças ainda são tímidas e raras vezes consensuais.

essenciais revelaram-se inconfundíveis, seja em relação a configurações previamente havidas, seja em comparação com cenários concomitantes ao seu surgimento. Daí a frequência com que diferentes perspectivas sociológicas inclinam-se a designar essas *outras* sociedades - não apenas aquelas situadas no *passado*, mas também inúmeras outras discernidas no *presente* - como contextos tradicionais, arcaicos, pré-modernos ou quase-modernos.

A segunda premissa partilhada é que a dita inflexão histórica teria resultado de um conjunto de mudanças e desenvolvimentos sem precedentes, transformações essas de cunho cultural, político, epistemológico, econômico, institucional, tecnológico, normativo-comportamental, etc. Ainda conforme essa concepção dominante, tais alterações teriam sido engendradas por predicados inerentes, ou mesmo exclusivos a uma localidade específica do globo, a saber, a Europa. Significa dizer que, nos termos dessa tradição de pensamento, contabilizados os contatos, conexões e intercâmbios entre o “Velho Mundo” e outros contextos, *as gêneses da modernidade foram acima de tudo endógenas à cena europeia*, isto é, emanaram de atributos singulares (culturais, econômicos, políticos, tecnológicos, físico-ambientais, demográficos, militares, visões de mundo, etc.) e de imperativos, dinâmicas e impulsos internos às sociedades do continente (Conrad, 2016).

Em terceiro lugar, anui-se à ideia de que a alardeada ruptura histórica consumada pela Europa redundou na invenção de um *padrão de sociabilidade* original, lastreado em uma nova visão de mundo, conjugada a instituições (políticas, econômicas, culturais, etc.), parâmetros ético-morais e referências estético-expressivas igualmente inéditos. Eis, de forma sintética, alguns dos aspectos que, também de acordo com essa imaginação sociológica, seriam característicos da nova configuração:

a) As sociedades modernas teriam levado às últimas consequências a *clivagem ontológica entre a cultura e o mundo natural*, doravante concebidos como domínios de existência mutuamente irreduzíveis, visto que díspares em suas próprias essências. Uma das repercussões mais relevantes dessa partição radical foi a aquiescência normativa, senão a justificação moral para a sujeição da “natureza” aos desígnios humanos com o objetivo prioritário de aplacar carências e promover o bem-estar geral. O aprimoramento incessante das forças produtivas,

elevadas a patamares de sofisticação jamais vistos, acentuou ainda mais o sentimento de divórcio entre esses dois mundos (humano e não-humano) ao edificar ambientes artificiais impassíveis aos ciclos naturais (Beck, 1992; Giddens, 1991a).

b) Com diferentes inflexões, a *racionalização cognitiva e prático-moral* é outro aspecto comumente tomado como distintivo da sociabilidade moderna: prevalece na sociologia o diagnóstico de que a emergência da modernidade fez-se acompanhar da dissolução integral ou ao menos da deslegitimação generalizada de concepções mágico-religiosas. Em seu lugar, explicações para fenômenos do mundo objetivo (ambiente físico-orgânico), a respeito da experiência social (realidade simbólico-cultural) e acerca da vida interior (existência psíquico-emocional) passam a se fundamentar em enunciados lógicos elaborados à luz de evidências empíricas metodicamente coligidas. Na mesma toada, assevera-se que as expectativas mútuas de comportamento e as orientações éticas dos indivíduos assentam-se sobre princípios morais gerais e abstratos, suscetíveis a análises (pessoais e coletivas) permanentes e ao constante monitoramento reflexivo dos sujeitos (Habermas, 1987).

c) A *complexificação da dinâmica societária e de seu ordenamento interno* também constitui um ingrediente-chave dessa imaginação sociológica: defende-se que a modernização promoveu a *diferenciação do tecido social* e sua fragmentação em uma gama numerosa de instâncias, arenas e esferas de sociabilidade especializadas no cumprimento de tarefas singulares. Por efeito desse *seccionamento funcional*, a política, a economia, a cultura, a sociedade civil, a família, e tantos quantos âmbitos de experiência adquiriram relativa soberania dentro de seus limites, de modo a gerir-se segundo regras, normas e códigos de sua lavra, afinados às suas incumbências quase-exclusivas (Luhmann, 1998). Seguiu-se daí a proliferação de instituições que, com níveis variados de formalização, lograram estipular para si e para seus membros metas e diretrizes, perseguidas conforme instruções, procedimentos e protocolos específicos.

d) A *separação entre domínios públicos de sociabilidade e esferas privadas de convivência* é outro item fundamental desse retrato: naqueles, prevaleceriam procedimentos racionais e normas universalizantes de participação, alheios a contingências e motivações particulares, além de apoiadas sobre princípios

abstratos e impessoais. Em contrapartida, preservados de foros públicos e de seus protocolos tipicamente genéricos, os âmbitos privados seriam governados por códigos de sociabilidade pessoais, perpassados por vínculos afetivos e por laços de intimidade. Reza o argumento que, em condições plenamente modernas, zela-se para que os intercâmbios entre os dois domínios obedeçam suas respectivas lógicas de funcionamento: por um lado, criam-se expedientes informais e dispositivos oficiais por meio dos quais anseios, valores e interesses privados possam impactar o debate público; por outro, instituem-se instrumentos legais capazes de transmitir deliberações públicas e determinações legais às dinâmicas rotineiras dos ambientes privados de convivência (Cohen e Arato, 1994).

e) Para mais, tal sociabilidade estaria alicerçada sobre uma modalidade igualmente peculiar de *agenciamento*, a saber: *a pessoa autônoma, dotada de subjetividade centrada*. Por essa concepção, o *agente moderno* disporia de um aparato psíquico-emocional estável e coeso, capaz de habilitá-lo não apenas a forjar uma autoidentidade unitária e coerente, mas a se diferenciar do ambiente externo e a exercer domínio sobre as vicissitudes do meio físico. Esse mesmo aparato o qualificaria a se posicionar soberanamente frente a seus pares e a lidar de maneira consciente com as demandas infligidas pelo mundo social. Por fim, o tornaria apto a sondar as profundezas de sua intimidade e, sem prejuízo do controle de si, a explorar as inúmeras possibilidades sentimentais de sua existência singular, seja de um ponto de vista cognitivo e estético-expressivo, seja nos planos afetivo e ético-moral (Giddens, 1991b).

O quarto suposto implícito desse imaginário é que a modernidade erigiu uma *nova semântica e um novo ordenamento do tempo*: em contraste com sociedades pregressas ou com contextos sociais da atualidade ainda presos a concepções de mundo mágico-religiosas e a preceitos normativos tradicionais, presume-se que a experiência moderna situa-se em uma *temporalidade abstrata*, incólume aos movimentos do mundo natural e resguardada de conotações simbólico-culturais específicas. Nos termos dessa tessitura temporal desencarnada, o *futuro* assume prioridade em detrimento do passado e do presente: sob a égide de uma aceção progressiva e linear do *tempo*, a dinâmica social é compelida a romper com a tradição e a se orientar prioritariamente em direção ao devir. Assim conceitualizado, o *tempo cronológico* torna-se um parâmetro objetivo universal,

encarregado de aferir os níveis de desenvolvimento e de realização alcançados por trajetórias pessoais e por contextos societários diversos (Anderson, 1991; Assman, 2020).

Por fim, tal imaginação sociológica preconiza que, após haver surgido na Europa, o padrão de sociabilidade moderno - com seus valores e preceitos ético-morais específicos, articulados a referências estético-expressivas próprias, a inclinações comportamentais peculiares, a um ordenamento político distintivo, a uma estrutura econômico-produtiva ímpar, etc. - alcançaria os quatro cantos do planeta na esteira da ascensão geopolítica das sociedades “precursoras”. Ocorre que, em vez de replicação literal desses contextos, tal padrão societário e suas correspondentes instituições sofreriam um tropel de transformações sob o impacto das novas circunstâncias deparadas nos cenários “tardios” - sejam elas condições ambientais diferentes das verificadas nas trajetórias “originárias”, sejam aspectos culturais, demográficos, comportamentais, dentre outros fatores igualmente diversos (Eisenstadt, 2010; Parsons, 1971).

Ao fim e ao cabo, consubstancia-se nesse imaginário sociológico o retrato de uma experiência societária em contínuo avanço, divorciada do mundo físico-orgânico e ancorada em uma temporalidade abstrata; uma configuração social racionalizada e funcionalmente segmentada, movida por sujeitos autônomos e conscientes de si e na qual os espaços públicos e os âmbitos privados de convivência regem-se conforme normas próprias. Forjada na Europa a partir de impulsos endógenos e em decorrência de predicados inerentes ao seu percurso histórico presumivelmente singular, seu senso de realidade, assim como suas instituições e seu padrão de sociabilidade acabariam por se projetar sobre outros contextos, sofrendo modificações ao contato com as novas condições que viriam a encontrar.

Pensamento brasileiro e as presumidas especificidades nacionais

Quais as condições epistemológicas de possibilidade de retratos do país e da modernidade caros à autocompreensão nacional - no caso, visões a respeito da experiência brasileira e da vida moderna inscritas em algumas das mais renomadas obras de interpretação do Brasil? Quais as premissas, os alicerces e os parâmetros mais gerais dessas imagens consagradas? Como bem sabemos, uma variedade

desconcertante de personagens e programas de reflexão abriga-se sob a denominação *pensamento social brasileiro*: além de sua notável dispersão geracional, a constelação intelectual em tela abarca perspectivas de análise erguidas sobre uma infinidade de referenciais cognitivos. Não raro, as variáveis explicativas acionadas e priorizadas em cada caso (fatores mesológicos, compleição étnico-racial, estrutura econômico-produtiva, arcabouço cultural, ordenamento político, acervo institucional, disposição demográfica, etc.) desaguaram em diagnósticos díspares e em prognósticos conflitantes acerca de nossas possibilidades. Daí poder-se falar da coexistência de uma miríade de “famílias intelectuais” no seio desse *pensamento* (Brandão, 2007): enfoques *patriarcalistas* (e.g., Gilberto Freyre; Buarque de Holanda), vertentes *patrimonialistas* (e.g., Raymundo Faoro; Simon Schwartzman) e perspectivas *nacional-desenvolvimentistas* (e.g., Guerreiro Ramos; Hélio Jaguaribe); análises *racial-mesológicas/naturalistas* (e.g., Silvio Romero; Nina Rodrigues; Euclides da Cunha) e miradas *dependentistas* (e.g., Manoel Bomfim; Caio Prado Jr.; Celso Furtado); visões *autoritárias* (e.g., Alberto Torres; Oliveira Vianna), prismas *liberais* (e.g., Tavares Bastos; Rui Barbosa; Eugenio Gudín), etc. A tomar pela magnitude das dissidências teórico-interpretativas dessas formulações e por suas implicações político-ideológicas irreconciliáveis, talvez se considerasse um desvario procurar qualquer denominador comum mais consistente além do suposto desta como uma experiência societária discernível em meio a outras.

Parece-me, no entanto, existir um conjunto nada desprezível de afinidades entre essas abordagens, à sua vez reveladoras das vinculações entre o *pensamento brasileiro* e o *imaginário sociológico da vida moderna*. Para começar, é evidente a propensão generalizada de nossos intérpretes para conceber o país como um cenário irredutível aos ditos contextos “precursores” da modernidade. Vale observar que tal convergência primordial articula-se a outras confluências de fundo que também merecem ser realçadas. Primeiramente, de acordo com inúmeras perspectivas desse *pensamento*, mesmo após haver experimentado uma sucessão de transformações modernizadoras que, em momentos variados, incidiram sobre distintos planos da realidade nacional (dinâmica econômica, estrutura político-institucional, vida intelectual, produção artística, etc.), a sociedade brasileira jamais teria se desprendido em definitivo de padrões

pregressos de organização e funcionamento, ou se assim se preferir, de valores, de instituições, de referências ético-morais, de preceitos estético-expressivos e de disposições comportamentais condensados em outras épocas. Dessa feita, fica subentendido que, graças ao vigor de suas amarras e compromissos com o passado, tentativas promovidas com o fito de alinhar o país aos códigos societários modernos não chegaram a representar uma descontinuidade *temporal* categórica. Daí a recorrência com que nossos intérpretes aludem à persistência de traços tradicionais e ao prolongamento de fatores anacrônicos no presente da vida nacional.

Em segundo lugar, adverte-se que a tenacidade hodierna de tais ingredientes passadistas, responsáveis não apenas por terem retardado o ingresso do país na idade moderna, mas também por haverem postergado *sine die* sua modernização plena, advém dos predicados basilares dessa sociedade, isto é, de elementos medulares de sua identidade. Verdade que os fatores aos quais se confere relevância decisiva variaram sobremaneira a depender dos fundamentos epistemológicos e das escolhas teóricas de cada intérprete e abordagem: as características do meio natural (Silvio Romero, Euclides da Cunha, Paulo Prado), a composição racial da população (Nina Rodrigues, Oliveira Vianna), o ordenamento econômico do país e suas funcionalidades no sistema mundial (Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes, Octavio Ianni), a substância de sua cultura (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta), os preceitos normativos vigentes no tecido social (Joaquim Nabuco, Manoel Bomfim), o arcabouço político-institucional e as relações de poder aqui predominantes (Raymundo Faoro, Victor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira de Queiroz), a dispersão demográfica do vasto território (Alberto Torres, Oliveira Vianna), etc. Seja como for, malgrado as discordâncias de ênfase, o fulcro do argumento é que esses contornos distintivos desde pronto indispueram a sociedade brasileira a adotar em sua plenitude os termos modernos, disso resultando uma aderência apenas superficial e titubeante ao modelo europeu.

Em seguida, em congruência com o diagnóstico segundo o qual a modernização do país jamais redundou na completa destradicionalização da sociedade, costuma-se apontar para uma série de discrepâncias vis-à-vis o padrão

de sociabilidade comumente identificado com os cenários modelares da modernidade:

a) No Brasil, a experiência social em momento algum teria se divorciado por inteiro do meio natural; de outro modo, *a natureza permaneceria em boa medida enlaçada à dinâmica societária* a ponto de se fazer presente em concepções da realidade de diferentes segmentos da sociedade, bem como nos valores, comportamentos e juízos estético-expressivos difusos no tecido social. Ao mesmo tempo, níveis modestos de desenvolvimento das forças produtivas nos impossibilitariam de exercer comando efetivo sobre os ciclos naturais, tornando-nos vulneráveis às oscilações de um meio físico caracteristicamente exuberante.

b) Ao lado disso, é igualmente usual o argumento de que, mesmo sob o impacto de pressões modernizadoras, *crenças mágico-religiosas e visões de mundo encantadas mantiveram-se ativas em diferentes dimensões da vida social*; destarte, inúmeros estratos populacionais conservaram-se entregues a percepções não-racionalizadas da realidade (isto é, destoantes do pensamento científico) e aferrados a condutas incompatíveis com preceitos ético-morais pós-tradicionais (gerais e abstratos).

c) Sugere-se, ademais, que *a complexificação e a diferenciação do tecido societário não alcançaram por aqui vigor e profundidade suficientes para o florescimento e autonomização de domínios dedicados a tarefas específicas*, governados por normas afeitas aos seus propósitos especiais; ao contrário, no Brasil, na medida que as fronteiras entre a arena política, a esfera econômica, a dinâmica cultural, a sociedade civil, a produção artístico-intelectual, e assim por diante, permaneceram porosas a ingerências heteronômicas, suas operações internas tenderam a sofrer a interferência de imperativos alheios às suas respectivas competências, disso resultando a perda generalizada de eficácia funcional.

d) Também por esse motivo, *âmbitos públicos de sociabilidade e esferas privadas de convivência tampouco teriam se estabelecido em espaços próprios, regidos por códigos condizentes com suas incumbências primordiais*; longe disso, no caso brasileiro, abundariam situações em que entidades públicas tiveram suas atribuições institucionais distorcidas e suas lógicas e princípios impessoais

corrompidos por efeito da intromissão de interesses particulares; por outro lado, não faltariam ocasiões nas quais prerrogativas privadas viram-se violadas em razão da interferência ilegítima de organismos e agentes públicos capturados por motivações pessoais.

e) Por fim, é habitual falar-se de um *processo de individuação rudimentar* no país combinado à *vigência média de uma configuração psíquica instável e dominada por sentimentos*. Ausentes de subjetividade centrada e desprovidos de profundidade interior, vastos setores da população se revelariam não apenas incapazes de controlar suas paixões, como também suscetíveis às sugestões do meio (natural e social). Disso se seguiria um perfil comportamental adverso aos valores de autonomia e igualdade e, por isso, incompatível com os requisitos normativos e emocionais das instituições modernas - dentre as quais, a autoridade racional-legal, a economia de mercado, a democracia liberal, o laicismo cultural, o pluralismo valorativo e prático-moral, a secularização cognitiva, a autonomização da arte, etc.

Em quarto lugar, insinua-se que *tal modernização incompleta refreou nossa adesão integral ao regime temporal da modernidade*: conquanto essa ordem de transformações tenha aproximado o país do padrão de sociabilidade moderno e, *ipso facto*, de sua temporalidade abstrata, progressiva e linear, a cena social brasileira continuaria trespçada por uma multiplicidade de acepções e vivências do *tempo*, coexistindo de maneira descompassada e incoerente. Em boa medida, essa configuração peculiar, marcada pela renitência do passado e por sua contiguidade sinuosa com o presente e o futuro, ajudaria a compreender a cadência *sui generis* do Brasil (inclusive seus entraves ao avanço), bem como suas alegadas assincronias vis-à-vis os chamados contextos modelares, expressas em “atrasos” de variada espécie (econômicos, institucionais, intelectuais, normativos, artísticos, políticos, comportamentais, etc.).

No fim das contas, cristaliza-se no *pensamento brasileiro* o retrato deste como um cenário social erguido a partir de ingredientes insólitos (ambientais, étnico-raciais, culturais, econômicos, políticos, epistemológicos, ético-morais, estético-expressivos, etc.) e ao cabo de um itinerário sócio-histórico discorde das propaladas trajetórias pioneiras da modernidade. A bem dizer, nossos mais aclamados intérpretes admitem que, num dado momento, o país sofreria

alterações de monta ao contato regular com aqueles contextos “precursores”. Além disso, concedem que tais mudanças tiveram implicações substantivas na identidade dessa experiência social. Ainda assim, advertem que, não bastasse haver adentrado tardiamente a idade moderna, tal adesão extemporânea envolveu uma série de ajustes e adaptações que transfiguraram (ou perverteram) os termos originários do programa europeu. Dessa feita, apesar de tributária das tendências e padrões criados pelo “Velho Mundo”, em última instância, as circunstâncias heteróclitas dessa experiência teriam se incumbido de torná-la inédita em um número considerável de aspectos e de fazê-la inconfundível com a Europa e com suas projeções mais bem-sucedidas da América do Norte.

Retratos do Brasil e a “desprovincialização” da imaginação moderna

Tão logo esses diagnósticos da cena social brasileira são cotejados com retratos da modernidade caros ao imaginário sociológico, saltam aos olhos os alardeados lapsos, hiatos e discrepâncias do país em comparação com os ditos contextos modelares. De um lado, uma sociedade plural e internamente diferenciada, situada em uma temporalidade uniforme e orientada para o devir, tecnicamente habilitada a dominar a natureza e a dispor de seus recursos em benefício do progresso humano; uma experiência ancorada em concepções de mundo informadas pela ciência e em referências ético-morais abstratas e gerais, dinamizada por sujeitos conscientes de suas possibilidades, em controle de seus afetos e senhores de seu destino; enfim, um cenário em que instituições públicas, guiadas por princípios universalistas e impessoais, mantêm-se resguardadas de condutas personalistas e na qual esferas privadas logram preservar suas prerrogativas e seus códigos específicos de convivência. De outro lado, uma configuração societária funcionalmente baralhada, atravessada por sentidos conflitantes do *tempo* e cuja precariedade material a faz vulnerável às inconstâncias do ambiente físico-orgânico; uma experiência alicerçada em indivíduos emocionalmente instáveis, aferrados a percepções mágico-religiosas da realidade e assentes em preceitos normativos tradicionais; por fim, uma dinâmica social em que interesses particulares com frequência se apoderam de arenas públicas e pervertem suas atribuições oficiais. Isso posto, cumpre indagar se tais enunciados alusivos aos descompassos e ausências nacionais constituem algo mais

que a reiteração pura e simples dos parâmetros sociológicos “canônicos” da modernidade.

É digno de nota que, conquanto remetam-se a situações e contextos pretensamente heterogêneos, as duas constelações de ideias compartilham um núcleo robusto de pressupostos acerca do que seriam os traços distintivos da vida moderna. Nesse particular, é preciso reconhecer que, de maneira explícita ou implícita, retratos da realidade nacional delineados no *pensamento brasileiro* corroboram para reafirmar a valia cognitiva daqueles referenciais analíticos hegemônicos: quanto mais complexo e funcionalmente diferenciado o tecido social, quanto mais racionalizadas as suas concepções de mundo e seu ordenamento normativo, quanto maior a clivagem entre domínios públicos e âmbitos privados de convivência, quanto mais dinamizada por agentes racionais e subjetivamente centrados, assim como quanto mais afastada do mundo natural e mais assente em uma temporalidade abstrata, progressiva e linear, mais moderna se revelaria uma dada configuração societária. Outrossim, de ambos os lados, o advento do padrão de sociabilidade moderno teria representado uma inflexão *temporal* definitiva, consumada de maneira pioneira na Europa graças a circunstâncias particulares, a predicados intrínsecos e a transformações endógenas ao velho continente, de onde se alçaria em direção a outros lugares do globo. Ainda assim, poder-se-ia sustentar que, embora à revelia de nossos intérpretes, esses mesmos retratos do “desvio” brasileiro insinuam alternativas a noções-chave dos “clássicos” da sociologia? E mais: haveria ressonâncias com lucubrações contemporâneas críticas à ortodoxia sociológica?

Decerto, não é de hoje que tal enquadramento convencional tornou-se foco de controvérsias em torno de seu autoproclamado estatuto universal e, por conseguinte, de sua legitimidade para versar sobre percursos sócio-históricos diversos daqueles que inspiraram sua confecção (e.g., Guerreiro Ramos, 1997; Cardoso e Faletto, 1979; Fernandes, 2008)⁷: para muitos, a admissão das especificidades das sociedades “tardias” e dos impasses e dilemas de sua modernização inevitavelmente reclamaria a promoção de ajustes nas ferramentas

⁷ Para fins de ilustração, lembre-se da polêmica envolvendo Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, este repreendido pelo autor de *A redução sociológica* supostamente por não “compreender que, num país subdesenvolvido, não logra caráter científico o trabalho sociológico, senão quando se compadeça com certas regras adjetivas, de natureza histórico-social, que distinguem o seu padrão do padrão alienígena.” (Guerreiro Ramos, 1997, p. 22).

cognitivas forjadas à luz das ditas circunstâncias pioneiras, quando não a elaboração de instrumentos (axiomas, teorias, conceitos, metodologias, técnicas de pesquisa, procedimentos de análise, etc.) inteiramente inéditos, melhor afinados às novas condições⁸. Ocorre que, nas últimas décadas, somadas às usuais preocupações com os desacertos entre esse referencial hegemônico e as experiências não-modelares, avolumaram-se as acusações de sua deficiência para descrever, explicar e compreender, em seus pormenores, aqueles mesmos cenários e trajetórias sócio-históricas vinculados às gêneses e à dianteira da modernidade. Nesse caso, chama-se atenção para as omissões e equívocos observados entre categorias nodais da imaginação sociológica e seus referentes primordiais - leia-se, as sociedades modelares.

Eis sinteticamente algumas das limitações apontadas: a) não obstante terem alcançado patamares de desenvolvimento tecnológico e material sem precedentes, o que sem dúvida capacitou-as a controlar, a gerir e a modificar o meio físico-orgânico em proporções inéditas, destaca-se o fato de que, por um lado, as sociedades modelares permanecem expostas a oscilações ambientais e aos efeitos colaterais de suas ingerências no meio natural; por outro lado, além de continuarem a nutrir vínculos simbólicos e a cultivar laços afetivos com a natureza, tais experiências seguem atribuindo significações aos fenômenos, ocorrências e entidades do mundo não-humano (Beck, 1992; Eckersley, 1992); b) apesar de processos de racionalização cognitiva e prático-moral serem aspectos fundamentais da autoidentidade e do funcionamento dessas sociedades, seus tecidos societários continuariam a abrigar percepções encantadas da realidade, a acomodar imagens de mundo informadas por preceitos religiosos e a consentir com referências ético-morais plasmadas em outras épocas; sugere-se, inclusive, que em vez de meramente acessórios ou residuais, tais ingredientes “arcaicos” ou “tradicionais” logram moldar atitudes privadas, orientar juízos pessoais e influenciar tomadas de decisão coletivas (Casanova, 1994); c) ademais,

⁸ Conquanto assente à ideia de que “os recursos conceituais, metodológicos e teóricos da Sociologia foram construídos através da observação e interpretação de alguns países da Europa e dos Estados Unidos”, Florestan Fernandes (2008, p. 31) propõe-se interrogar o argumento segundo o qual “O chamado *mundo subdesenvolvido* não só apresenta uma enorme variedade de situações histórico-sociais distintas, que contrastam com a desses países, como dificilmente se poderiam explorar frutiferamente aqueles recursos, para estudá-las sociologicamente, sem uma criteriosa adequação deles, seja às condições de trabalho do sujeito-investigador, seja às condições histórico-sociais e socioculturais de manifestação do objeto de estudo.”

contabilizadas a complexidade de sua compleição e a profundidade de sua diferenciação interna (seccionada em distintos domínios: esfera política, dimensão econômico-produtiva, arena cultural, vida artístico-intelectual, associações civis, etc.), a enorme variedade de arranjos políticos, econômicos e sociais experimentada por essas sociedades seria sugestiva das incontáveis modalidades de imbricamentos e correlações entre seus setores, instâncias e âmbitos funcionalmente especializados (Wittrock, 2000); d) algo análogo se passaria com as maneiras díspares pelas quais essas mesmas sociedades concebem as esferas públicas e os espaços privados de convivência, os contornos designados a ambos, os papéis comumente esperados para seus participantes, seus respectivos códigos de conduta, assim como os métodos, canais e articulações idealizados para seus trânsitos e intercâmbios (Turner, 1990); e) a concepção de agenciamento prevalescente no imaginário sociológico seria outra deficiência grave nesse enquadramento hegemônico: a figura do ator consciente de si, artífice de seu destino e em pleno comando de suas emoções de modo algum esgotaria todas as variantes de subjetivação que acompanharam os processos modernos de individuação; na contramão da imagem de uma vida interior centrada, estável e unitária, a aventura moderna teria aberto possibilidades ímpares para a exploração do “Eu”, para vivências fugazes de “*selves*” plurais e para toda sorte de experimentações identitárias (Giddens, 1991; Hall, 2006).

A par com essas ponderações afins, há outras duas proposições também críticas àqueles parâmetros convencionais que merecem ser contempladas: em primeiro lugar, tornaram-se igualmente frequentes os questionamentos à noção de que a experiência moderna (considerada seja em um plano individual, seja em uma dimensão coletiva) assenta-se sobre uma configuração temporal abstrata e homogênea, alicerçada sobre uma concepção preponderantemente uniforme, progressiva e linear do *tempo*. De forma alternativa, sustenta-se que a modernidade é palco de uma temporalidade “desigual”, “densa” e “heterogênea” (Chatterjee, 2007; Chakrabarty, 2000), marcada por combinações “discordantes” e por vezes paradoxais entre acepções, vivências e estruturações diversas do *tempo* (Harootunian, 2015). Em segundo lugar, objeções não menos contundentes passaram a ser dirigidas à orientação “internalista” do imaginário sociológico, ou seja, à premissa de que o surgimento da era moderna e as seguidas

reconfigurações de seu padrão de sociabilidade teriam sucedido de mudanças impulsionadas (sobretudo ou quiçá exclusivamente) por um conjunto restrito de sociedades da Europa, por efeito de predicados singulares e de processos sócio-históricos intrínsecos a esses mesmos cenários (Conrad, 2016). De outro modo, alega-se que a modernidade floresceu de uma infinidade de “histórias conectadas” (Subrahmanyam, 1997), ou ainda, de “intercâmbios” envolvendo uma variedade incomensurável de contextos, circunstâncias e situações (Wolf, 2005) assimetricamente posicionados no globo (Mignolo, 2005). Não por outro motivo, recortes nacionais e outras unidades de análise estritas (delineadas com base em critérios culturais, políticos, econômicos, geográficos, ambientais etc.) se mostrariam por demais confinados para apreender a imensa complexidade de interações *intra-* e *inter-* e *trans*societárias implicadas na emergência e nas contínuas redefinições da vida moderna (Emirbayer, 1997; Wimmer & Schiller, 2002).

Pois bem, parece-me a um só tempo oportuno e promissor explorar as sinergias que se prenunciam entre tais ponderações críticas e aquelas lucubrações em torno dos alegados “desvios” brasileiros. Oportuno porque, sendo este um momento de crise do *mainstream* sociológico, pontos de vista dissidentes eventualmente conseguem reunir forças para sair da penumbra, para se fazer ouvir e, dessa maneira, participar das discussões e controvérsias acerca dos contornos, lacunas e possibilidades da disciplina. Por outro lado, auspicioso uma vez que, em meio à crescente sensação de exaustão das abordagens estabelecidas e da fadiga dos termos correntes, ideias, noções e percepções marginais podem vir a enriquecer o debate sociológico e, no melhor dos casos, cooperar para o esforço de elucidação do presente. Com efeito, conforme antes assinalado, o mais habitual seria conceber o *imaginário sociológico* e o *pensamento brasileiro* como se fossem constelações intelectuais irreduzíveis, cada qual devotada à compreensão e à explicação de experiências societárias inconfundíveis em seus aspectos mais fundamentais. Por essa vereda de entendimento, o alcance cognitivo das principais obras de interpretação do Brasil se resumiria tão somente à realidade nacional ou, na melhor das hipóteses, a cenários igualmente tidos por tributários de percursos modelares da modernidade. Ainda de acordo com essa linha de argumentação, submetido às condições especiais das sociedades “tardias” (uma vez mais, seus

predicados étnicos, ambientais, econômicos, culturais, políticos, institucionais, acadêmicos, comportamentais, demográficos, organizacionais, intelectuais, etc. invulgares), o instrumental sociológico forjado à luz e sob medida para os contextos modelares necessitaria sofrer uma série de adaptações e ajustes. Somente ao cabo de conversões criteriosas, à sua vez acrescidas de novos dispositivos, tais ferramentas evitariam tornar-se supérfluas às circunstâncias insólitas dos chamados contextos “tributários”.

Entendo, no entanto, existir um caminho bem mais promissor. Em lugar de interpretá-los como testemunhos inequívocos da condição *sui generis*, desviante e/ou reflexa da experiência nacional - um diagnóstico que, em última instância, ratificaria o estatuto categórico daqueles parâmetros dominantes -, é possível discernir naqueles retratos contribuições para o aprimoramento da imaginação sociológica. Por óbvio, esse reenquadramento algo contraintuitivo do problema demanda algumas torções analíticas, vale frisar, ensejadas por ideias e noções havidas nesses mesmos retratos. Para começar, a proposição bastante recorrente de nossas/os intérpretes segundo a qual a formação e a posterior modernização do Brasil advieram das múltiplas conexões, entrelaçamentos e vínculos (econômicos, étnicos, culturais, políticos, comportamentais, intelectuais, ambientais, etc.) do país com outros contextos societários constitui um antídoto prestimoso às inclinações “internalistas” da ortodoxia sociológica: em oposição ao viés *substancialista* desse imaginário, assente no suposto de que a vida moderna e sua sociabilidade peculiar irromperam a partir de ingredientes, circunstâncias e processos transformativos inerentes à Europa, trata-se de avançar em direção a uma concepção radicalmente *relacional* da modernidade. Por esse prisma de análise, ao invés de prévias ou indiferentes às conexões europeias com o mundo, as próprias gêneses e reconfigurações de tal experiência passam a ser concebidas como desdobramentos de *relações intra- e intersocietárias* com escopo transnacional, sendo o padrão de sociabilidade então instituído uma *propriedade emergente* desses mesmos intercâmbios e entrelaçamentos.

A recusa da premissa de que a modernidade impôs-se sobre o país “desde fora”, como uma força estranha à dinâmica brasileira, traz consigo implicações igualmente cruciais no que concerne à noção de *tempo* subjacente à imaginação sociológica: à medida que se considera o Brasil e outros contextos não-modelares

como corresponsáveis pela emergência e pelas redefinições da vida moderna, perde ancoragem a ideia de se tratar de trajetórias “reflexas” ou “retardatárias” vis-à-vis as ditas sociedades “precursoras” e “avançadas” da modernidade. Sob essa visada alternativa, a cena moderna englobaria uma pletora de posições *coetâneas*, simétrica e assimetricamente situadas, imbricadas umas às outras através de diferentes modalidades de articulação - algumas reciprocamente sincronizadas, outras tantas descompassadas entre si. O corolário dessa ideia é que, condizente com a imensa *dispersão semântica* da *temporalidade moderna*, os tecidos sociais de cenários não-modelares, assim como de contextos modelares, abarcariam uma pluralidade desconcertante e contraditória de cadências. Perpassados por estruturas *temporais* e por sentidos do *tempo* os mais diversos, não seria de surpreender que onde quer que tenham ocorrido, processos de modernização jamais se consumaram de forma linear, homogênea e irreversível.

Ora, tão logo o advento da modernidade e suas subseqüentes modificações são vislumbrados desde uma perspectiva *relacional* e *não-linear* radical, em vez de “espelho distorcido do Velho Mundo”, tais retratos da realidade brasileira demonstram potencial para discorrer a respeito de um escopo abrangente de cenários. Dito de outro modo, no momento em que a modernidade e suas invenções societárias deixam de ser concebidas como fenômenos adventícios à dinâmica nacional, as ferramentas cognitivas mobilizadas por intérpretes do país podem ser compreendidas para além do estigma da “cópia”: por um lado, como partícipes de um vasto e intricado universo intelectual construído a partir de conexões entretecidas por uma infinidade de experiências do globo; por outro, como um acervo de ideias, noções e percepções apto a descentrar o imaginário da modernidade e a “desprovincializar” a teoria sociológica (Chakrabarty, 2000; Costa, 2006; Maia, 2009; Schwarz, 1998). Destarte, sob a inspiração de obras do *pensamento brasileiro*, disporíamos de insights capazes de conferir maior plasticidade àquela codificação convencional da sociabilidade moderna: a) modalidades diversas de *intercâmbios entre o mundo social e a natureza*; b) modalidades diversas de *secularização* e de *racionalização cognitiva e prático-moral*; c) modalidades diversas de *diferenciação do tecido social* e de articulações entre suas instâncias; d) modalidades diversas de definição e

demarcação dos *âmbitos públicos e privados*; e) modalidades diversas de *individação*, de *subjetivação* e de *expressão do self*.

À guisa de conclusão, é difícil predizer o que sucederá com a sociologia nos próximos anos e nos decênios vindouros. Certo é que nos encontramos em meio a uma avalanche de mudanças culturais e comportamentais, acompanhadas de transformações econômicas, tecnológicas, políticas e ambientais igualmente expressivas. Como bem sabemos, tais alterações têm impactado vigorosamente a academia, suscitando uma leva de reflexões a respeito do significado da experiência intelectual no presente: qual o *status* da ciência diante de outras perspectivas de conhecimento? Quais as tarefas a serem desempenhadas pela universidade hoje? Quem são as/os intelectuais na atualidade e quais as suas atribuições? Essas e outras controvérsias podem até ameaçar a legitimidade pública da sociologia e solapar de vez sua posição institucional. Quem sabe? Mas pode ser que sirvam de estímulo para a retomada do entusiasmo de outrora, de maneira que as novas gerações se conectem com essa instigante vereda de compreensão da realidade. Se assim for, melhor que esteja bem equipada para elucidar o turbilhão contemporâneo.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**. London: Verso, 1991.
- ASSMAN, Aleida. **Is Time out of Joint? On the Rise and Fall of the Modern Time Regime**. Ithaca and London, Cornell University Press, 2020.
- BECK, Ulrich. **Risk society: Towards a new modernity**. London: Sage Publications, 1992.
- BERGER, Peter. **Invitation to sociology: A humanistic perspective**. New York: Anchor Books, 1963.
- BRANDÃO, Gildo. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependency and development in Latin America**. Berkeley. California: University of California Press, 1979.
- CASANOVA, José. **Public religions in the modern world**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- CHATTERJEE, Partha. **La nación en tiempo heterogéneo**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2008.
- COHEN, Jean and ARATO, Andrew. **Civil society and political theory**. Cambridge: The MIT Press, 1994.

- CONRAD, Sebastian. **What is global history?** Princeton: Princeton University Press, 2016.
- COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.
- ECKERSLEY, Robyn. **Environmentalism and political theory: toward an ecocentric approach.** Albany: State University of New York Press, 1992.
- EISENSTADT, Shmuel. Modernity and Modernization. **Sociopedia**, vol. 25, n. 1, International Sociological Association, pp. 1-15, 2010.
- EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 1991a.
- GIDDENS, Anthony. **Modernity and self-identity: Self and society in the late modern age.** Stanford: Stanford University Press, 1991b.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A redução sociológica.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action.** Volume 2. Boston: Beacon Press, 1987.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** São Paulo: Global Editora, 2008.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HAROOTUNIAN, Harry. Remembering the historical present. **Critical Inquiry**, v. 33, p. 471-494, Spring 2007.
- IANNI, Octavio. A crise de paradigmas na sociologia. **Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.** Campinas: Gráfica IFCH/UNICAMP, 1990.
- KOSELLECK, R. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.
- LUHMANN, Niklas. Modernity in Contemporary society. In: **Observations on Modernity**, Stanford: Stanford University Press, pp. 1-21, 1998.
- MAIA, João. Pensamento brasileiro e Teoria Social: notas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 24(71), 155-168, 2009.
- MIGNOLO, Walter. **The idea of Latin America.** Oxford: Blackwell, 2005.
- PARSONS, Talcott. **The system of modern societies.** Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc, 1971.
- SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis.** São Paulo: Duas Cidades, 1998.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997.
- TAVOLARO, Sergio B. F. Intercorrências do tempo no Brasil moderno: *História econômica do Brasil* (1945) e *Sobrados e mucambos* (1936). **Tempo Social**, v. 36, n. 1, p. 189-215, 2024a.
- TAVOLARO, Sergio B. F. O regime temporal moderno e seus pressupostos substancialistas: Alinhamentos e tensões com o pensamento brasileiro. **Revista Espirales**, v. 8, n. 2, p. 256- 279, 2024b.
- TAVOLARO, Sergio B. F. Nos confins do tempo histórico: Representações do Brasil na virada para o século XX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 15, n. 30, p. 413-441, 2023.

- TAVOLARO, Sergio B. F. Entre substâncias e relações: formação e modernização do Brasil em *Raízes e Sobrados* (1936). **Sociologias**, v. 59, p. 238-263, 2022a.
- TAVOLARO, Sergio B. F. A vida social brasileira e suas dissonâncias temporais: afinidades de Buarque de Holanda, Prado Jr. e Freyre. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 38, p. 1-27, 2022b.
- TAVOLARO, Sergio B. F. Interpretações do Brasil e a temporalidade moderna: do sentimento de descompasso à crítica epistemológica. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 3 p. 1059-1081, 2021a.
- TAVOLARO, Sergio B. F. Imagens contra-hegemônicas da modernidade: uma visada sociológica relacional. In: F. DÉPELTEAU, F.; VANDENBERGHE, F. (org.). **Sociologia Relacional**. Rio de Janeiro: Ateliê das Humanidades Editorial, p. 267-301, 2021b.
- TAVOLARO, Sergio B. F. Stasis, motion and acceleration: the senses and connotations of time in *Raízes do Brazil* and *Sobrados and Mucambos* (1936). **Sociologia e Antropologia**. v. 10, n. 1, p. 243-266, 2020.
- TAVOLARO, Sergio B. F. Retratos não-modelares da modernidade: hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro. **Civitas**, v. 17, n. 3, p. 115-141, 2017.
- TAVOLARO, Sergio B. F. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 3, p. 633-673, 2014.
- TAVOLARO, Sergio B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 5-22, 2005.
- TURNER, Bryan. Outline of a theory of citizenship. **Sociology**, v. 24, n. 2, p. 189-217, 1990.
- WIMMER, Andreas; SCHILLER, Nina. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. **Global Networks**, v. 2, n. 4, p. 301-334, 2002.
- WITTROCK, Björn. Modernity: one, none or many? European origins and modernity as a global condition. **Daedalus**, v. 129, n. 1, p. 31-60, 2000.

Recebido: 31 jul 2025
Aceito: 21 ago 2025